

O Morro da Borússia: Paisagens do Litoral Norte Gaúcho¹

*The Borussia hill: Landscapes of the North
Coast of Rio Grande do Sul/Brasil*

Olavo Ramalho Marques*¹

Palavras-chave:
Litoral Norte Gaúcho;
paisagens; Área de
Proteção Ambiental;
linhas de alta tensão.

Resumo: O ensaio aborda a área do Morro da Borússia, em Osório/Rio Grande do Sul/Brasil, como locus de identidades e conflitos no Litoral Norte Gaúcho, pensando-a a partir da categoria paisagem - que permite abordar processos construção humana no espaço e no tempo a partir das confluências e tensões entre naturezas e culturas. As paisagens do morro, situado na escarpa do Planalto Meridional, zona de transição entre a planície litorânea e o planalto, simbolicamente dividem este território em alto e baixo: entre a planície litorânea inundada, a franja da orla e seu núcleos urbanos enredados e outra porção do território no alto do planalto, também esta extremamente diversa, dividida em unidades mais diminutas que passam por territorialidades locais, demarcadas por um comunitarismo que tem por base os vínculos com o lugar e as relações de vizinhança. Estas paisagens remontam ao assentamento de diversos grupos étnicos que as compõem em sua diversidade e, mais recentemente, por uma diversidade de grupos que buscam a microrregião pela qualidade de vida que oferece. A Área de Proteção Ambiental do Morro de Osório (instituída em 1994 pela Prefeitura Municipal) teve, recentemente, seu Plano de Manejo revisado, escancarando conflitos, perspectivas e projeções de futuro quanto a este território. Conflitos que também se evidenciam quanto à passagem de mais uma linha de alta

1 Recebido em 05 de maio de 2024; aceito para publicação em 08 de junho de 2024.

*1 Mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: olavo.marques@ufrgs.br.

tensão para escoamento da energia elétrica pelo território da APA. A encosta, profundamente alterada ao longo do tempo, hoje exuberante enquanto um conjunto complexo de paisagens, patrimônio natural-cultural-ambiental, revela-se como território plural de transformações, permanências e conflitos - de ocupação descontrolada, parcelamento irregular do solo, turistificação por vezes predatória, bem como de políticas preservacionistas, criação de redes de ação coletiva e solidariedade, experiências de produção agroflorestal, entre outras formas de manejo sensíveis à etnobioidiversidade local.

Keywords:

North Coast of Rio Grande do Sul;
Landscapes;
Environmental Protection Area; high voltage lines.

Abstract: *The essay addresses the area of Morro da Borússia, in Osório/Rio Grande do Sul/Brazil, as a locus of identity and conflicts on the North Coast of the southernmost state in Brazil, thinking about starting from the landscape - category which allows us to approach processes of human construction in space and time from the confluences and tensions between natures and cultures. The landscapes of the hill, located on the escarpment of the Southern Plateau, a transition zone between the coastal plain and the plateau, symbolically divide this territory into high and low: between the flooded coastal plain, the fringe of the coast and its entangled urban centers and another portion of the territory at the top of the plateau, also extremely diverse, divided into smaller units that pass through local territorialities, demarcated by a communitarianism that is based on ties with the place and neighborhood relations. These landscapes date back to the settlement of different ethnic groups that make up their diversity and, more recently, to a diversity of groups that seek out the micro-region for the quality of life it offers. The Osório hill Environmental Protection Area (established in 1994 by the City Council) recently had its Management Plan revised, revealing conflicts, perspectives and projections of imagined futures regarding this territory. Conflicts that are also evident regarding the passage of another high voltage line to flow electricity through the APA territory. The slope, profoundly altered over time, today exuberant as a complex set of landscapes and natural-cultural-environmental heritage, reveals itself as a plural territory of transformations, permanences and conflicts - of uncontrolled occupation, irregular division of land, predatory tourism, as well as preservationist policies, creation of networks of collective action and solidarity, experiences of agroforestry production, among other forms of management sensitive to local ethnobioidiversity.*

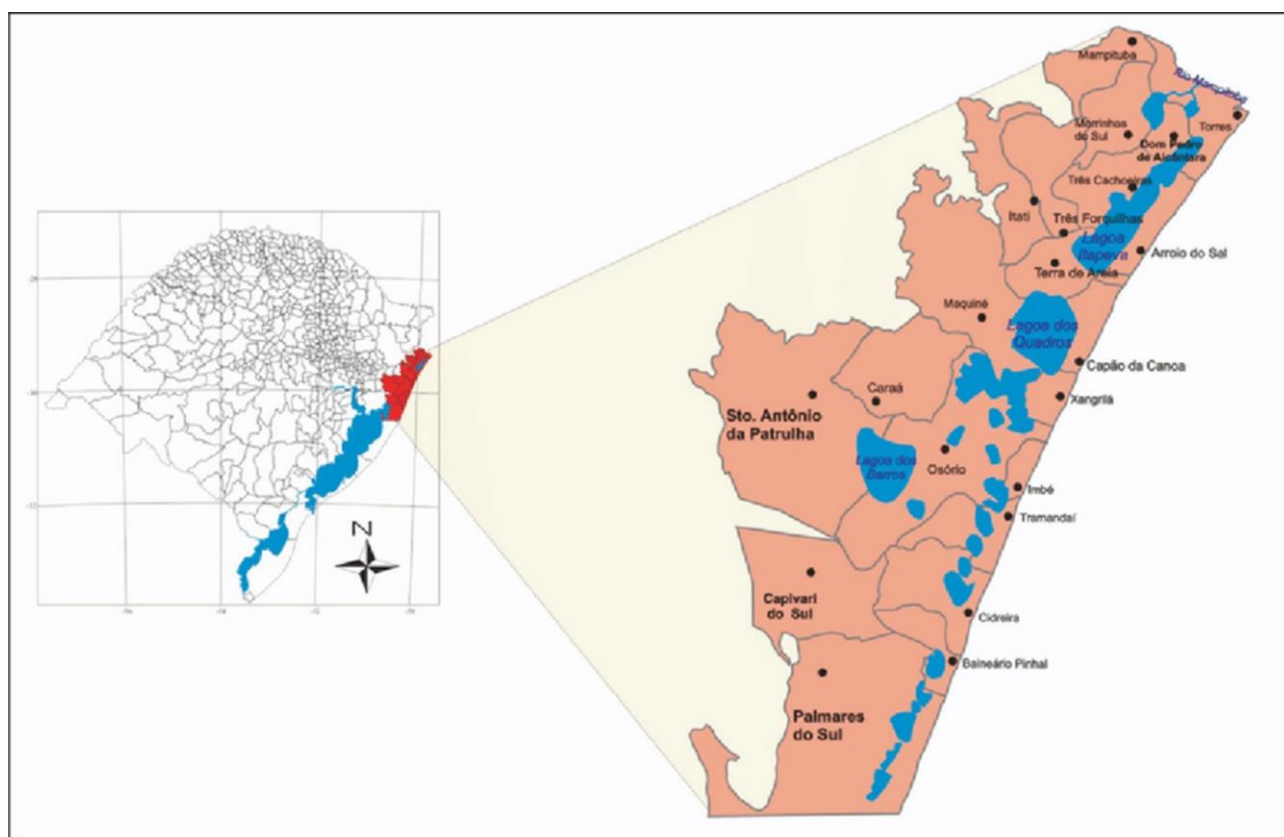
Primeiras palavras: panorama

Este trabalho aborda a área do Morro da Borússia², na cidade de Osório/RS, como *locus* de identidade e conflito na microrregião do Litoral Norte Gaúcho, estado mais ao sul do Brasil, pensando-a a partir da categoria paisagem - dirigindo a mirada sobre os processos de construção de assentamento das formas de vida social no espaço e no tempo, no que tange às confluências e tensões entre naturezas e culturas. Busco desvelar a urbanização da cidade, crescendo ao “pé da serra” e ligando estradas e caminhos que conduzem ao mar, ao sul e ao norte do Brasil, contendo, atualmente, uma porção importante de recuperação da Mata Atlântica, um dos biomas mais devastados de nosso continente.

As paisagens do Morro da Borússia, situado na escarpa do Planalto Meridional, zona de transição entre a planície litorânea e o planalto, simbolicamente dividem este território em suas áreas altas e suas zonas baixas. Os intrincados morros figuram como densa parede verde que emoldura as feições urbanas de uma cidade pequena, mas com evidente crescimento populacional, portanto, são o pano de fundo e referência para as andanças cotidianas no centro da cidade, ao mesmo tempo que caminho e conexão com as áreas altas que contornam este núcleo de centralidade.

A estrada sinuosa que sobe o morro é ponto de contato entre o centro, que cresceu ao lado do antigo caminho que hoje sedia o ponto em que Rodovia BR101 se conecta com a Rodovia Osvaldo Aranha, e antiga comunidade que hoje pode ser enquadrada como um bairro rural nos altos, constituindo-se em território que tem atraído turistas e novos moradores rurais. Aos pés da escarpa do planalto, temos a vastidão da planície litorânea alagada e seu “Rosário de Lagoas costeiras”, metáfora poética utilizada por Delaney (1965) e bastante popularizada ao longo dos anos, para caracterizar os corpos hídricos conectados por toda a planície até a franja da orla. Este Rosário de Lagoas está hoje amalgamado ao conjunto de núcleos urbanos enredados que constituem uma aglomeração urbana, cujos municípios mostram-se altamente interligados no cotidiano de suas populações, que entre eles deslocam-se constantemente em função de trabalho, serviços, comércio, relações familiares, trabalho, lazer e etc.

² Encontra-se diferentes grafias para este Topônimo: Borrússia, Borússia, Borússia, Borrúcia, Borúcia, ainda com variações sem o acento grave. Pronuncia-se Borrússia, de modo geral. Neste artigo, adoto a nomenclatura oficial, utilizada pela prefeitura municipal e demais órgãos públicos.



https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-LOCALIZACAO-DO-LITORAL-NORTE-DO-ESTADO-DO-RIO-GRANDE-DO-SUL_fig3_291217294

O município de Osório está inserido na Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinor) instituída pela LCE 12100/2004 e constituída por 20 municípios, na região que tem maior crescimento demográfico do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados preliminares do Censo de 2022 mostram algumas destas cidades alcançando mais de 50% de aumento populacional em relação ao Censo de 2010. Os dois maiores índices crescimentos foram em Imbé, com +52%, e Capão da Canoa com +51%³. Sete das dez cidades que mais cresceram entre 2010 e 2022 no Rio Grande do Sul são litorâneas. Em 2010, a região reunia 200,5 mil habitantes. Agora, o número chega a 265,5 mil pessoas. Acredita-se que este número pode ser ainda superior dadas as características de sazonalidade e segunda habitação⁴, o que envolve trânsitos e deslocamentos através do território e que marcam definitivamente suas formas de ocupação desde ao menos o

³ Fonte: <https://jplitoral.com.br/censo-2022-apresenta-primeiros-resultados-e-litoral-norte-tem-408-mil-habitantes/>. Acesso em: 04/05/2024.

⁴ O Litoral Norte Gaúcho tem 6 entre os sete municípios do Brasil com maior percentual de domicílios de uso ocasional, em índices que variam de 72,1% a 62,8% e com cidades da microrregião ocupando os 4 primeiros lugares do ranking. Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediai-bge/arquivos/2f5fc0ea039546721af0eacafc748718.pdf. Acesso em: 04/05/2024.

início do séc. XX, com o advento do litoral como espaço de lazer e saúde, considerando-se o movimento populacional pendular que tais usos do território ensejam.

Iniciemos pelas paisagens



Vista do Morro da Borússia. Autoria: Ricardo Sampaio Dagnino

Desde Simmel (1996) ao menos, temos presente que a paisagem resulta de um contínuo processo de subjetivação: quem produz a paisagem é o olhar que enquadra e concede unidade a "pedaços de natureza" - esta última considerada pelo filósofo como uma totalidade. Não é a esta ideia de natureza como totalidade que me filio aqui; como tratarei adiante, parece mais interessante aderir à perspectiva da própria natureza como todo multifacetado ou, para o que nos cabe neste ensaio, ao que Bruno Latour (1994) chamou de naturezas-culturas.

Busco inspiração no pensamento simmeliano pois este situa toda a ênfase nos processos contínuos de subjetivação. Se eu puder aprofundar a amarração conceitual de tal perspectiva, trata-se de pensar no tema proposto como processo atrelado ao trajeto antropológico - entre as apropriações subjetivas e o que emana do meio cósmico e social, como nos aponta Gilbert Durand (1989). Extrapolando uma centralidade do olhar em Simmel, pensemos paisagem a partir das corporeidades, percepções e sensibilidades. Nossa percepção ambiental, assim, se constrói não só pela visão, mas sim a partir e através de todo o corpo, nossa abertura para o mundo. Tal inspiração advém de uma conjunção da fenomenologia nos estudos de percepção que propõe Merleau-Ponty e a abordagem do *habitus* em Bourdieu, noções aproximadas em Csordas (2008), para quem o corpo é a base existencial das culturas.

Para Merleau-Ponty, nossa percepção começa no corpo e não nas coisas. O corpo é sempre um contexto em relação ao mundo e abertura primeira de cada sujeito para o

mundo. Assim, a consciência é o corpo se projetando para o mundo. Aponta Csordas (2008, p. 106): “Longe de ser constante, a percepção é indeterminada por natureza. Há sempre mais do que chega aos olhos, e a percepção nunca pode ir além dos seus limites”. Em Boudieu, a noção de *habitus*, como conjunto de disposições incorporadas, nos permite compreender a forma como conduzimos a estabelecemos relações específicas com as coisas do mundo. “O locus do *habitus* de Bourdieu é a conjunção entre as condições objetivas da vida e a totalidade das aspirações e das práticas completamente compatíveis com tais condições” (CSORDAS, 2008, p. 110). O *habitus* é, ao mesmo tempo, o princípio unificador e princípio gerador de todas as práticas. Penso, em conformidade com Csordas, que que o mundo nunca nos é exterior. Pode existir objetivamente, mas nosso acesso a ele é necessariamente subjetivo. Intersubjetivo, quando colocamos em reflexão as nossas formas culturais. Nesses termos, o “ser no mundo” se dá sempre a partir da corporeidade (culturalmente construída) - o que, enfatizo eu, implica em que sujeitos e grupos vivenciem também experiências específicas de paisagem.

Em uma aproximação com a dimensão da percepção ambiental tal qual propõe Ingold (2004), penso-a desde uma complementaridade entre os aspectos biogenéticos e socioculturais - pois, de acordo com o antropólogo inglês, somos legatários e herdeiros tanto de genes como de tradições, de tal modo que, nós, cientistas sociais, precisamos trabalhar cientificamente neste intermédio, “no entre”, *in between*, tratando das confluências entre a vida biológica dos organismos nos ambientes e a vida cultural das mentes em sociedade. Ou seja, é necessário pensar através da conjunção do olhar sobre as os organismos em sistemas de relação ecológica e sobre as pessoas em sistemas de relação social. Para Ingold (2015, p. 38), “Banhado em luz, submerso no som e arrebatado em sentimento, o corpo senciente, ao mesmo tempo perceber e produtor, traça os caminhos do devir no mundo no curso mesmo da contribuição para a sua contínua renovação”. Dando primazia ao movimento, aponta, assim, a figura das Linhas como metáforas para enquadrar os caminhos dos percebedores-produtores no mundo - condição primordial do ser e do devir. Tornarei à figura das linhas mais adiante.

Reunindo o que esbocei até aqui e extrapolando estes limites, proponho pensar nas paisagens em termos das conexões entre as coisas que as compõem, quanto aos “padrões que ligam”, para usar uma expressão cara a Gregory Bateson (1986), intelectual que já há muito tempo rompia com grandes divisores entre natureza e cultura, ciências das naturezas e ciências humanas. Bateson afirma: “somos parte de um mundo vivo” e “o todo maior é basicamente belo” (1986, p. 26). O epistemólogo inglês insiste apontando que a maior parte de nós perdeu o senso de unidade entre biosfera e humanidades. Apesar disto, indica, persistem inúmeras epistemologias que enfatizam esta unidade e, sobretudo, “enfatizaram a noção de que a unidade final é *estética*” (grifo do autor).

Nas palavras de Anna Tsing (2019, p. 96) cabe a nós, atualmente, trazer as paisagens ao protagonismo, já que “paisagens multiespécies, foco de sua análise, são necessárias para sermos humanos” - pois remetem à “habitabilidade mútua de todo um conjunto de organismos que precisam uns dos outros para sobreviver”. De acordo com Tsing (2019, p. 17), a “paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não

humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado⁴”. Algo muito próximo ao que Silveira (2016) denomina como paisagens coexistências interspecíficas. Pensamos, assim, nas paisagens a partir de uma abordagem das socialidades mais que humanas transcorrendo no espaço e se distendendo no tempo, articulando memória e identidade. Memória, aqui, como contínua construção social do tempo, nos termos de Bachelard (1988) e Identidade como o conjunto de representações e imagens sobre si que se configuram na dialética com as alteridades, conforme Novaes (1993).

Tornemos então às paisagens de Osório, que tem como marcas alguns elementos que configuram cenários singulares: a Cidade das Lagoas⁵, e a “Cidade dos Bons Ventos”, em alusão à forte e frequente incidência de ventos do quadrante nordeste, mas também sul e oeste, na região. Cabe a menção à instalação de um complexo de usinas eólicas em todo o Litoral Norte, tendo sido o primeiro parque construído em Osório e cujos aerogeradores têm imenso impacto sobre a paisagem da planície costeira - em geral percebidos positivamente enquanto composição da planície litorânea⁶, transformando-a em uma espécie de Tecnopaisagem - para usar a proposta por Arjun Appadurai (1994).

É também, como vimos, a cidade da Borrússia. As paisagem do morro - as vistas da escarpa da Serra Geral - tem enorme recorrência na produção de imagens ao longo do tempo - seja em fotografias, vídeos, filmes ou desenhos e pinturas de paisagens. Se hoje a produção e circulação de imagens explodiu em função das redes sociais e dispositivos móveis de produção imagética, sobretudo na divulgação pública de momentos de lazer e fruição turística, temos cristalizações de vistas do morro e da planície desde muito tempo⁷, como mostra a paisagem pictórica reproduzida abaixo, que provavelmente seja o mais antigo registro visual do território onde hoje está a cidade de Osório. A obra em aquarela sobre papel é parte do acervo dos Museus Castro Maya, no Rio de Janeiro, sendo datada como de 1828 e atribuída a Debret.

<http://www.rodriготrespach.com/2016/12/07/viagem-pitoresca-ao-litoral-gaucho/>

⁵ Osório tem, no total, 23 Lagoas, várias delas interligadas por canais. Este conjunto compõem paisagens de rara beleza cênica, bem como um conjunto de águas bastante propícias para esportes náuticos. Este patrimônio é, ao mesmo tempo, extremamente frágil, continuamente assolado por diversos problemas ambientais.

⁶ Retornarei ao tema nas páginas seguintes.

⁷ As imagens que compõem este trabalho, quando atuais, são de minha autoria, algumas delas dos projetos de pesquisa extensão em que vimos investindo, sobretudo um chamado Fórum da APA, coordenado pelo prof. Jonas Seminotti e no qual buscamos reunir pessoas e entidades relacionadas à APA Morro de Osório, da qual tratarei adiante, bem como do Projeto Paisagens do Litoral Norte Gaúcho, coordenado por mim. As imagens de acervo são oriundas do Arquivo Municipal Antônio Stenzel Filho (Osório) e do Acervo Emater/Osório.



O material imagético aqui reunido, parte proveniente de acervos públicos e parte oriundo do trabalho de campo, constitui memórias de relações entre seres humanos e não humanos, patrimônios e paisagens que resgatam essas experiências temporais de presença no mundo, bem como de diálogo (Rocha e Eckert, 2015), repletas que estão de representações sobre pessoas e suas culturas em um mundo eternamente em mudança.

Nestes termos, o trabalho com imagens históricas, dos acervos públicos citados em nota e que se revelaram extremamente ricos em termos visuais, bem como em perfis nas redes sociais destinados ao trabalho com memórias urbanas e imagens, revelou-se como forma de compreendermos os processos de transformação de tais paisagens. Para as autoras acima citadas, (2015: 31), a

[...] produção etnográfica, no advento da pós-modernidade, e a construção de novos experimentos etnográficos tem privilegiado a construção de imagens e a perspectiva conceitual da imagem dialética, como preconizava Walter Benjamin (1994), no processo etnográfico em seu potencial imagético.

A partir do trabalho nos acervos públicos, vimos percebendo elementos interessantes na relação da comunidade do Litoral Norte com seus patrimônios - seja ele o patrimônio arquitetônico dilacerado com o processo de urbanização destes municípios, seja o próprio patrimônio imagético, desconhecido por grande parte da população e reunido em acervos públicos que, em geral, não contam com o devido tratamento arquivístico para sua preservação.

Vista da Planície Litorânea e de parte de seu Rosário de Lagoas. Autoria: Fabrício Barreto



A vista das paisagens da imensa planície litorânea a partir do alto do morro, que podemos enquadrar aqui na categoria paisagem-panorama, é continuamente buscada por turistas e moradores como forma de fruição estética. A zona da encosta parece bastante importante, neste sentido - os usos, o imaginário que se constitui através dela e ao seu redor. Imbuído que estou da ideia de que o estudo sobre as paisagens é um excelente mote para a compreensão de processos de transformação e desenvolvimento na região, revelando as feições estéticas dos gestos de assentamento coletivo no espaço ao longo do tempo, reunindo permanências e rupturas, uma imensa riqueza natural em que se espriam tecidos urbanos mais ou menos densos e contínuos, novas feições entremeadas de restos e ruínas, para recorrermos a Anna Tsing (2019) e seu olhar sensível à vida se reinventando em meio a paisagens arruinadas.

A outra porção do território no alto do planalto, também esta extremamente diversa, encontra-se dividida em unidades mais diminutas que passam por territorialidades locais - confluência entre territórios e identidades, como aponta Haesbaert (2011): Baixada, Goiabeira, Linha Manequinha, Arroio Grande, Linha Padre Vieira, Tombador⁸, e outras. Tais territórios restituem um comunitarismo que tem por

⁸ Localidade onde resido.

base o vínculo com o lugar e as relações de vizinhança. Temos, da mesma forma, outras maneiras de delimitar fronteiras simbólicas e delinear percursos, como no caso das comunidades consolidadas ao redor dos poços artesianos, daquelas constituídas ao redor das igrejas ou capelas e alguns núcleos habitacionais mais densamente ocupados. Tais sentidos de pertencimento remontam a uma grande diversidade interna, bem como à dimensão étnica impregnada na construção das paisagens, nos termos do que Appadurai (1994) chamou de etnopaisagens - aquelas que remontam ao assentamento de diversos grupos étnicos que as compõem em sua diversidade. No caso da área da Borússia, temos, por exemplo, um núcleo de casas em estilo colonial construídas por famílias de ascendência italiana que se assentaram na região central do Caraá, hoje pequeno município emancipado com 7394 habitantes, de acordo com o Censo realizado em 2022⁹, e que sedia, em um de seus distritos, o Fraga, Festa Regional do Feijão e do Imigrante Italiano. A divisão territorial político-administrativa entre municípios - Caraá e Osório, no caso - é mais uma das evidentes demonstrações da arbitrariedade das fronteiras, uma vez que diversas formas de continuidade em termos das naturezas-culturas e vida cotidiana são muito mais densas que os afastamentos burocráticos.

No que tange às etnopaisagens do Litoral Norte Gaúcho, temos desde a imemorial presença indígena - cujo legado persiste incrustado em casas subterrâneas, sambaquis e que sabe mesmo nas feições de seus capões, campos e florestas - e hoje fortemente presentes na Terras Indígenas mbyá-guarani Kuaray Rese, em Osório, na Varzinha, na cidade vizinha do Caraá, bem como nas 3 comunidades da outra cidade vizinha de Maquiné; passa pela presença de colonos italianos, como vimos, e também alemães, bem como pela presença lusa e açoriana anterior, pela presença negra, e, mais recentemente, por uma diversidade de grupos de origens diversas que buscam a região por sua(s) natureza(s) e pela qualidade de vida que oferece - apesar de ter um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos mais baixos do Rio Grande do Sul, é a região com maior crescimento populacional do estado, como vimos.

⁹ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/caraa.html> Consultado em 30/05/2024.



Fonte: Acervo Municipal Antônio Stenzel Filho - Osório/RS

Um dos aspectos mais flagrantes que se verifica na área da Borussia é a franca turistificação das paisagens. Silveira, Dal Forno e Marques (2021, p. 152) apontamos, em artigo:

Entre as inúmeras dimensões das dinâmicas paisageiras do território em questão, destacam-se processos drásticos que escancaram feições das desigualdades sociais, omissões e/ou falta de capacidade de gestão e fiscalização quanto ao cumprimento de legislações por parte dos poderes públicos, o acesso desigual a fontes de poder social permeando a diversidade social e cultural acima referidas. [...] urbanização desordenada; destruição de legados paisagísticos e arquitetônicos que marcavam tais cidades; a ausência de saneamento básico e de adequado tratamento de efluentes para preservar os mananciais e reservas hídricas que constituem um patrimônio inestimável; o desrespeito à legislação ambiental voltada à preservação dos ecossistemas; fortes impactos socioambientais com a descaracterização das feições nativas das paisagens e reconfigurações pela turistificação com a prevalência dos incentivos a um fenômeno sazonal de hiper-exploração dos espaços; a ocupação restritiva e horizontal dos espaços avançando sobre ecossistemas frágeis, sobre áreas úmidas e lagoas com intensa proliferação de condomínios residenciais privados e fechados.

Muitas das imagens que compõem este acervo de vistas do território trazem, de início o perfil a silhueta do Morro como marca das paisagens, como objeto em si ou como moldura de beleza cênica: as vistas da cidade, seus recursos e - sobretudo a abundância das águas, em suas lagoas, mas também praças, parques, ruas e casarios - aparecem, muitas vezes, enquadradas pelo morro ao fundo. O morro confere sentido paisageiro, nos termos de Berque (2009), conferindo unidade a esta paisagem: morro este que serve

de orientação geográfica para os deslocamentos cotidianos, inclusive - mas, penso, trata-se, sobretudo, de uma unidade em termos simbólicos, como este elemento geográfico sendo alçado a elemento demarcador de uma identidade atrelada à paisagem.

Tais recorrências do morro como marca na paisagem se dá em um núcleo habitacional que se mistura ao próprio processo de instauração deste vilarejo ao pé do morro. Inicialmente chamado de Villa da Serra, nos tempos dos primeiros assentamento junto à faixa litorânea percorrida por paulistas e lagunenses que vinham ao Continente de São Pedro em busca de gado. Posteriormente, a vila ganha o nome de Conceição do Arroio, seguindo a lenda do encontro de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em um pequeno curso d'água local. Por fim, em 1934, sem consulta popular¹⁰, Conceição do Arroio passa a chamar-se Osório, por ordem do interventor federal José Antônio Flores da Cunha, como forma de homenagear o marechal Manuel Luís Osório, patrono da Cavalaria nacional, supostamente ali nascido.



Fonte: Acervo Municipal Antônio Stenzel Filho -

¹⁰ Conta a história que, anos depois, foi realizado um plebiscito para a população manifestar-se pelo retorno ao nome Conceição do Arroio, tendo a maioria escolhido o novo nome em homenagem a Marechal Osório.



Em primeiro plano, a Praça N. S. da Conceição, em frente a Matriz. Da esquerda para direita o Casa do Ribeiro, Teatro Theatro Osório, Casa onde morou Benjamin José Augusto Grunberg, na atual rua do Sapat, M. F. Ribeiro (hoje), prédio que foi uma varanda, depois Grupo Escolar Conceição do Anjo, depois Colégio Elementar, e após a Prefeitura Municipal, Museu Antropológico de Osório e atualmente a Biblioteca Pública Fernandes Dias e o arquivo Público Antônio Stenzel Filho. Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Praça do mesmo nome. Foto de 1900.

Osório. Praça Matriz por volta de 1900.

Fonte: Acervo Municipal Antônio Stenzel Filho -

Paisagens e memória ambiental em áreas de regeneração da Mata Atlântica

A partir do que vim apresentando até aqui, neste ensaio, conduzo a análise para a abordagem pautada na perspectiva de uma memória ambiental, tal qual propõem Devos, Soares e Rocha (2010, p. 52-53):

Compreendendo a “questão ambiental” através da ótica temporal do viver citadino, propomos uma aproximação entre a etnografia da duração (no sentido da construção social do tempo e dos ritmos de vida coletiva, na contínua dialética entre lembrança e esquecimento) e as múltiplas perspectivas sobre o ambiente [...]. A ênfase recai sobre a diversidade sociocultural de representações simbólicas, ethos e visão de mundo das populações que habitam esses ambientes diversos. E na dimensão conflitiva enquanto princípio da realidade socioambiental contemporânea, articulando microéticas locais, macroéticas planetárias de preservação ambiental e mesoéticas onde se explicita uma dimensão política voltada para a negociação de tais conflitos entre a diversidade social e cultural contemporânea.

Engajando-me às perspectivas de uma etnografia da duração e diversidade ambiental, partindo do que foi exposto até aqui, conduzirei a atenção às dimensões dos conflitos que, numa abordagem simmeliana, configuram formas de vida social e formas

de tessitura dos ambientes, nas confluências entre naturezas-culturas e os jogos de poder que lhes são inerentes. Usos extensivos dos territórios para agricultura, por exemplo, implicam na ação mais ou menos contínua da força do trabalho (mãos, braços, ferramentas e máquinas) sobre essas paisagens. Iniciativas e incentivos governamentais, demandas de mercado e opções de financiamento público e privado dão contornos amplos a tais ações, que geram estas transformações microscópicas que, somadas e acumuladas ao longo do tempo, alteram drasticamente tais paisagens.



Se hoje a porção do bioma Mata Atlântica - em franca regeneração nas áreas de encosta - revela-se aqui em sua exuberância e resiliência, também aponta para uma espécie de arquivo (a paisagem como palimpsesto) de muitos usos e apropriações ao longo do tempo que se insinuam em franjas e frestas, restos e ruínas inscritos nos seus meandros. A partir das imagens de acervo, podemos ter pistas de alguns desses usos e dos processos que nos conduzem até o presente. Esse acervo de imagens cristaliza feições e frações dessas paisagens, que, em conjunto, podem nos falar sobre dinâmicas de transformação urbana, mas também de processos de investimento em perspectivas de desenvolvimento local e regional. E me refiro, por exemplo à agricultura familiar - uma vez que não se trata de uma zona de latifúndios, mas de pequenas propriedades rurais -, ou mesmo a períodos de produção extensiva de gêneros como cana-de-açúcar e banana.

Retornarei ao tema do desenvolvimento nas páginas seguintes. Fugindo um pouco da área mais ou menos delimitada sobre a qual estamos discutindo, mas não nos afastando muito - nem no espaço nem no tempo -, cabe referir que tivemos, até fins do séc. XIX, grandes fazendas de produção de açúcar a partir da cana, na figura de engenhos escravocratas em um verdadeiro esquema de *plantation* no Litoral do RS¹¹.

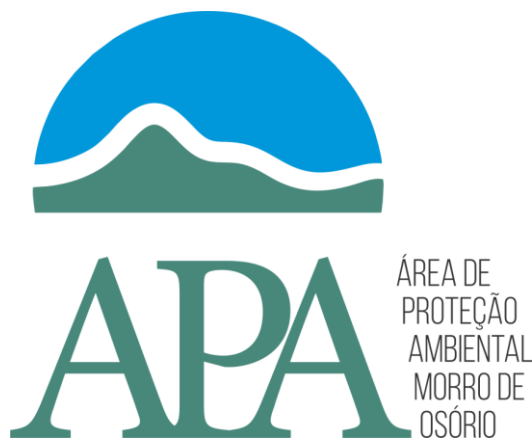


Fonte: Acervo Municipal Antônio Stenzel Filho - Osório/RS

Aspectos da Área de Proteção Ambiental Morro de Osório

¹¹ O Quilombo do Morro Alto, cujo território abrange áreas dos municípios de Osório e Maquiné é legado vivo deste passado. A antropóloga Daisy Barcellos, responsável pelo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), produzido no início dos anos 2000, enfatiza este processo de desvelamento deste passado esquecido, quando muito de nossa literatura sobre escravidão no Rio Grando do Sul enfatizava quase que exclusivamente a escravidão nas charqueadas.

Pois bem, tratemos da APA. O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Osório, atualmente em processo de revisão, revela-se pautado pela função social e ambiental da propriedade urbana e rural e prevê a preservação e recuperação do ambiente natural, o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, bem como a participação da população nos processos de decisão, planejamento e gestão para a consolidação do Município de Osório como centro turístico, ambiental, de lazer e a garantia de uma Cidade sustentável, social, cultural, econômica e ambientalmente, para as presentes e futuras gerações.



A APA - Morro de Osório - com área total de 6.896,75ha, foi delimitada por Lei Municipal em 1994, permitido o uso turístico e recreacional de baixo impacto, com edificações de baixa altura e bastante esparsas, baixíssima densidade, apresentando zoneamento específico devendo ser obedecido o Plano de Manejo da APA (que viveu até 2023 uma fase de revisão, que resultou em um novo Plano de Manejo, cujo zoneamento gerou controvérsias de insatisfação generalizada, sobretudo por

indicar áreas de expansão urbana no seio do bairro rural). O fato é que, indicam os moradores locais, a definição de uma APA no Morro de Osório nos anos 90 não foi debatida e pouco envolveu a comunidade local. Os antigos moradores reiteram sempre que “um belo dia” vieram dizer que tudo o que aprenderam com seus pais e avós na lida do campo estava proibido. Nenhum processo de sensibilização, orientação ou informação à população local foi efetiva, apenas a ação punitiva por parte dos poderes públicos, o que se desdobra em uma desconfiança permanente em relação aos órgãos de Estado, desconfiança que, de certa forma, também se manifestou sobre nós, agentes envolvidos no projeto de extensão Fórum da APA.

Uma APA é figura jurídica, uma área, portanto, um território-zona, nos termos de Haesbaert (2011), definida por fronteiras bem estabelecidas, e - sublinho! - sempre arbitrárias. Os fluxos das águas, das espécies animais e vegetais, para citar alguns exemplos, não respeitam a arbitrariedade dessas fronteiras. Este território-zona também é dividido em unidades menores, que passam por territorialidades mais diminutas, locais, como vimos anteriormente: Baixada, Goiabeira, Linha Manequinha, Arroio Grande, Linha Padre Vieira, Tombador, etc. Criada com intuito de preservação ambiental, tem seus frutos hoje muito evidentes: temos, de fato, um ampla área de regeneração da Mata Atlântica!

Há inúmeros riscos à preservação ambiental vinculados aos loteamentos em desconformidade com os parâmetros legais para áreas rurais e ao parcelamento irregular do solo - bastante presentes há muitos anos em alguns núcleos como a Santa Rita; tem-se, atualmente, uma preocupação crescente a partir do zoneamento que indica algumas áreas da APA classificadas com Zonas de Expansão Urbana - o que deve ser debatido na

revisão do Plano Diretor do Município, ora em curso. A intensificação da ocupação em modelo de pequenos lotes e áreas de adensamento urbano, contrariando a noção original de ser um território caracterizado por baixíssima densidade, implica, por exemplo, no agravamento de problemas de saneamento. É certo que nos verões secos, com baixo índice de precipitação, como nos anos de 2022 e 2023, as comunidades sofrem com escassez de água - isto em uma cidade caracterizada pela abundância dos seus mananciais.

Apesar dos conflitos e tensões, ao mesmo tempo, apresentam-se importantes perspectivas. Coletivos e organizações como a Rede de Orgânicos, a Rede Turismo Rural, a multiplicação de empreendimentos como pousadas, bares, restaurantes, cafés e lojas de artesanato, parecem incrementar a renda local a partir da natureza como atrativo fundamental - com o Turismo de aventura e de natureza que se revela, ao meu ver, como força motriz da dinâmica local e concentra um potencial enorme em termos de preservação, ao mesmo tempo que é fator de risco iminente de devastação ambiental, “pasteurização” das paisagens e destruição das feições únicas dessas localidades, conforme os rumos que o processo de turistificação tomar, o tipo de público a ser atraído e os atrativos turísticos que se incentivar, tanto através da gestão pública quanto das iniciativas privadas.

De acordo com Maurea Gamba (2022), em sua dissertação de mestrado sobre a Rede Turismo Rural de Osório, pensa-se através desta categoria em atividades turísticas nas áreas não urbanas, que seriam classificadas como rurais pelo IBGE, mas que não envolvem necessariamente turismo rural, podendo ser marcadas por atrativos muito diversos daquilo que se compreendia como rural - sobretudo o que está ligado a atividades agrícolas, pastoris, etc. Assim, aventura, ócio, formas específicas de hospitalidade e lazer e, sobretudo, natureza, podem ser atrativos importantes nessas áreas não urbanas. De acordo com o Ministério do Turismo, nos mostra Gamba (2022, p. 24), turismo rural envolve “atividades que mais se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura”. Estas representações estão pautadas, assim, por uma relação com a produção agrícola e certo tipo de patrimônio cultural. O processo de planejamento, assim, é fundamental, e as redes as citadas acima são essenciais para que se conjugue preservação ambiental, valorização das formas culturais locais e dinamização econômica.

O tema que quero trazer a partir daqui a está ligado a um grave conflito: a questão da implementação de novas Linhas de Alta Tensão cruzando por dentro da APA¹². Isso nos faz retornar a Devos e Rocha e às escalas éticas: microéticas locais articuladas a macroéticas planetárias de preservação ambiental - que, no caso, envolvem empresas transnacionais incidindo sobre os territórios locais a partir de pregões realizados pelo governo federal -, passando pelas mesoéticas políticas da negociação de tais conflitos

¹² O Fórum da APA, projeto de extensão que desenvolvemos, disponibiliza inúmeros documentos relacionados a tais processos. A Licença para instalação da Subestação SE Osório 3 e o Ramal de Seccionamento que interliga a SE Osório 3 ao Sistema Interligado Nacional. Para maiores informações, consultar: <https://www.ufrgs.br/morrodeosorio/>

em suas várias instâncias - Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema), Conselho Gestor da APA, Fundação Estadual de Preservação Ambiental, entre outros.

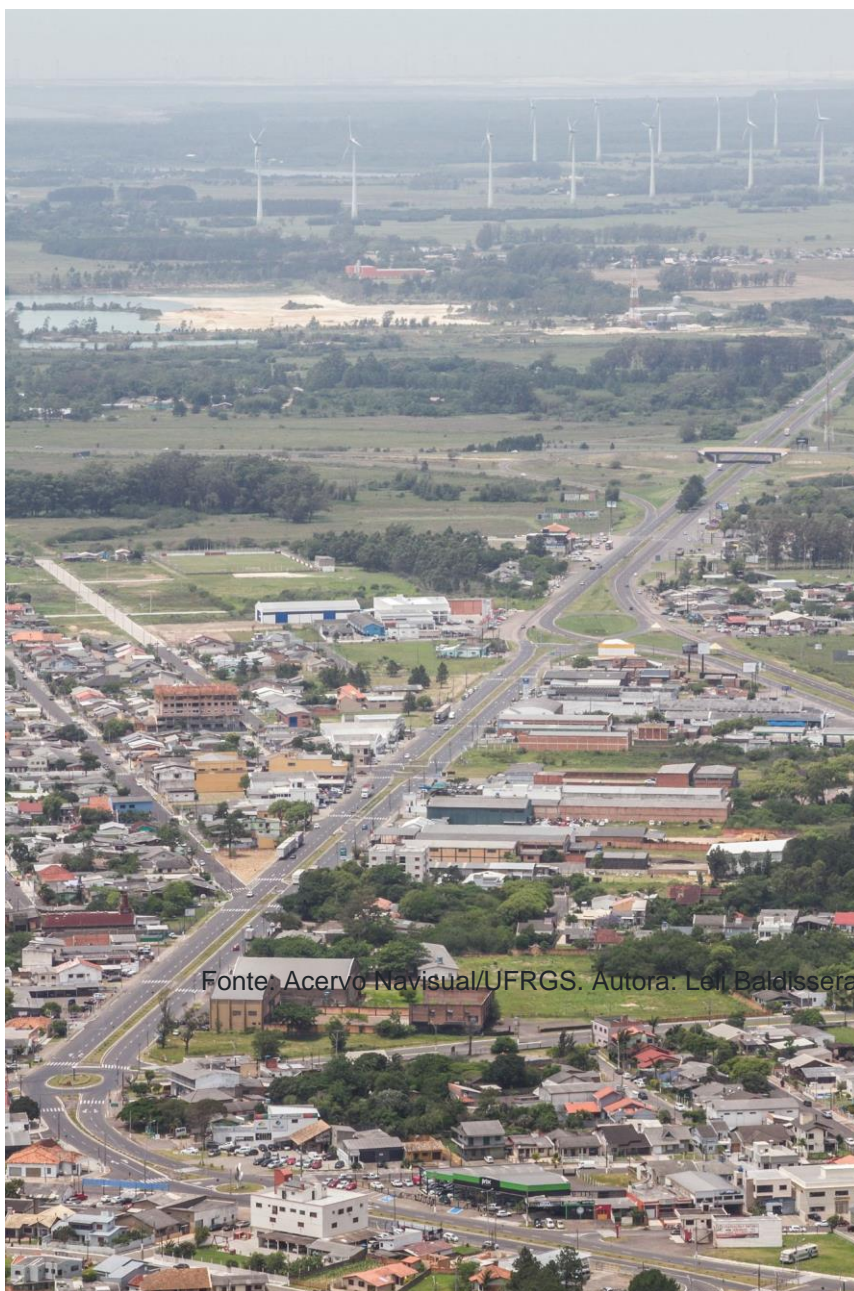
Existem 6 linhas que atravessam a APA atualmente. Como mostra Eduardo Ruppenthal (2017, p. 38-19),

O planejamento do SE [Setor Energético] é feito de forma falha, desconsiderando a real viabilidade técnica ambiental e social, imediatista, a curto prazo e a interesses políticos e econômicos, não considerando futuras obras e demandas, já que a necessidade de novas LTs para a transmissão de energia serão necessárias em médio e longo prazos, e seguindo nesta lógica outras áreas terão que ser atingidas. Aliado a isso, o “principal argumento” da necessidade da expansão da rede por causa da demanda crescente de energia, em função crescimento econômico será utilizada, independente de outros fatores. Além de desconsiderar totalmente inúmeros documentos, inclusive de instâncias governamentais como Ibama, ICMBio, MMA, sobre a prioridade de proteção e conservação de áreas. Entretanto, parece haver um *modus operandi* do SE para conseguir avançar seus projetos, em nome de interesses econômicos de grandes empresas e/ou corporações (nacionais e internacionais) e políticos (representantes de interesses particulares ou de um grupo específico ou que defendem certas posições para obter vantagens no presente ou no futuro, principalmente como moeda de troca para o financiamento de campanha nas eleições) pautando na obtenção de lucro para poucos, desconsiderando inúmeros aspectos sociais, culturais e ambientais, e da maioria da população.

A Linha de que trato aqui, de recente implementação, pouco mais de cinco anos após o estudo de Ruppenthal, remonta ao processo que este pesquisador e militante da causa ambiental reconstituiu em seu trabalho. Em um primeiro momento, a empresa responsável pela execução da obra era a Eletrobrás. Quando a implementação da rede chegou ao conhecimento público, houve enorme mobilização social - participei de uma

tensa audiência pública que debatia esta linha específica, licenciada em meio a outras seis linhas no estado, com a Câmara dos Vereadores de Osório tomada pela comunidade.

A pressão pública fez com que o processo parasse, até que o contrato de instalação caducasse. Houve um novo Leilão pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) ganhou a concorrência (empresa com capital chinês). Uma alteração do traçado inicial foi feita e a aprovação “escusa” - sem qualquer participação e conhecimento de parte da comunidade imediatamente atingida pelo empreendimento, de que sou testemunha! - por parte do conselho de meio ambiente municipal (ainda que este seja supostamente composto por representantes de diferentes setores da sociedade local) se deu de modo que a



população ficou sabendo quando os agentes da empresa bateram nas porteiras das propriedades para efetuar os cadastros referentes às indenizações, no auge da pandemia, no ano de 2020 - como foi o caso em minha propriedade. Sei disso porque moro na APA sou um dos diretamente afetados pela nova linha, cuja compensação financeira é irrisória diante da presença dessas linhas a perder de vista¹³.

Nesses termos, a paisagem da APA é atravessada por linhas de energia em todos os sentidos. Se os aerogeradores dos parques de energia eólica, de que comentamos anteriormente, popularmente chamados de “cataventos”, geraram imenso impacto na



paisagem litorânea, em geral são percebidos positivamente pela população¹⁴; as linhas de alta tensão, que acompanham essa ampliação da capacidade produtiva não o são. Muito pelo contrário. Ouvi de inúmeros moradores locais, durante o processo de debate

¹³ Estou falando de um total de cerca de R\$2400,00 de indenização pela passagem de uma linha de alta tensão cruzando 77 metros de minha propriedade rural.

¹⁴ De acordo com Suzie Tendero (2013, p. 36), "após estudo do impacto na paisagem realizado entre um grupo de moradores, ficou evidente que embora a paisagem tenha se alterado '[...] a visão do Parque é tida como agradável, trazendo ares de modernidade e progresso' (DAITX, 2012, p.99)".

e discussão sobre a implementação da nova Linha de Alta Tensão, que uma passagem como esta deixa tudo “mais feio”, que a terra perde valor de mercado, que pouco se pode produzir sob as linhas, que “acaba com tudo”. A preocupação maior adivinha de pessoas cujas terras já tinham sido atingidas por linhas anteriores. A precificação dos danos às paisagens locais, em termos de beleza cênica, precisa ser seriamente debatida, bem como seus inevitáveis impactos no potencial de crescimento do turismo de natureza.

Quando tratamos de empreendimentos desta natureza, a metáfora das Linhas, retomando uma das categorias-chave de Tim Ingold (2015) apontada algumas páginas atrás, ganha aqui algum contorno mais dramático. Tudo o que existe, afirma, “lançado na corrente do tempo, tem uma trajetória de devir. O entrelaçamento dessas trajetórias que sempre se estendem compreende a textura do mundo” (p. 41). Assim, seguir o que está acontecendo na encosta do Morro de Osório, rastreando as trilhas do devir, implica em pensar em uma



textura de linhas de

Fotografias do

energia: a triste malha de cabos de alta tensão distendendo-se sobre o verde da Mata Atlântica, enredados e sustentados em imensas torres de metal; centenas destas torres reunidas e emaranhadas em subestações de aspecto taciturno e pungentemente frio, ligando-se a redes maiores que conduzem a energia elétrica que permite que nossas vidas contemporâneas ganhem forma. Novas inscrições sobre estes “palimpsesto para a inscrição da cultura” que são as paisagens, cujas formas são “condensações ou cristalizações de atividades dentro de um campo relacional” (2015, p. 90).

O processo de Revisão do Plano de Manejo, que visa garantir a adequada proteção ambiental e ordenar as atividades humanas de forma a preservar e melhorar as características biológicas e paisagísticas no contexto dos sistemas hídricos e de mata atlântica da área, transcorrendo atualmente, é bastante complexo. A CPFL, empresa que ganhou o leilão promovido pela ANEEL, assumiu uma liberalidade como contrapartida da implementação da obra: a de financiar a revisão do Plano de Manejo da APA e algumas ações de mitigação dos impactos ambientais definidas durante este processo de revisão. A prefeitura municipal abriu mão do papel de contratação da empresa que faria a revisão e a delegou à companhia citada. A empresa contratada neste



Fotografias do

processo executou oficinas e, ao cabo de alguns meses, apresentou o resultado do trabalho. Um técnico da prefeitura foi quem apresentou em audiência pública os temas mais complexos resultantes deste trabalho - aqueles ligados ao diagnóstico socioambiental e a proposta de zoneamento da APA.

Uma das principais demandas apresentadas nas oficinas realizadas foi a proibição da passagem de novas linhas de alta tensão por dentro da APA. O Zoneamento proposto mostra-se bastante complexo diante dos graves problemas de especulação imobiliária, parcelamento irregular do solo e ocupação desordenada; outros ainda são a ampliação de unidades agroindustriais e falta d'água no verão. A proposta de ampliação de zonas

de expansão urbana no local gera perspectivas de solução de problemas fundiários - como o lote mínimo de 3ha como módulo rural (recentemente reduzido para cerca de 2ha), fator sempre levantado pelos moradores como entrave para a sucessão familiar, e a possibilidade de regularização loteamentos irregulares. Ao mesmo tempo que gera entusiasmo em grupos vinculados ao setor imobiliário, gera incertezas quando ao pagamento de IPTU em comunidades eminentemente rurais, com propriedades de poucos hectares; e ainda gera revolta e grande frustração em antigos moradores locais que veem tal processo como uma abertura em direção ao desmatamento desenfreado e à iminente descaracterização das feições únicas que estas comunidades foram ganhando ao longo do tempo. Para o que interessa aqui, a ampliação destas zonas de expansão urbana representa um grave risco de destruição de um dos poucos locais com Mata Atlântica relativamente preservada no Rio Grande do Sul, e, de forma mais imediata, de aniquilação do potencial de incrementar seu nível de regeneração.

Retornando à metáfora das linhas, de Ingold, nossas linhas de vida, atualmente, envolvem uma crescente demanda energética; neste contexto, mesmo a produção de “energia limpa”, como a eólica, promove impactos consideráveis. Esta energia precisa ser escoada e conectada à rede geral (Sistema Interligado Nacional). Os dutos de escoamento da energia produzida nas fontes geradoras - aerogeradores, no caso do Litoral Norte Gaúcho - são Linhas de Alta Tensão que se inscrevem sobre nossas paisagens, marcando-as decisivamente. Projeta-se um aumento muito considerável no número destas linhas nas próximas décadas. Há que se planejar seriamente o que se irá fazer com tais realidades inevitáveis que se insinuam. Na projeção dessa iminência, um morador local se manifestou em uma das audiências públicas: - “então acaba de vez com essa APA e transforma o morro numa teia de aranha de linhas de energia”. A metáfora da aranha, também explorada por Ingold em seus ensaios, também ganha aqui novos contornos.



Os conflitos assim, necessariamente presentes em qualquer forma de vida social, como nos ensina Simmel, são ainda mais evidentes quando tratamos de qualquer dimensão atrelada à preservação ambiental e tanto mais massacrantes sobre as comunidades locais quando entram em jogo grandes projetos de desenvolvimento. Estes conflitos originam-se em processos cumulativos de relação entre sujeitos, grupos e classes, na interface com os poderes públicos. Advém, portanto, de arranjos que remontam ao passado de relações socioambientais, a partir dos quais tende-se a reproduzir certas formas de relação de poder e dominação. É fundamental, no entanto, pensarmos no tempo em termos das possibilidades de projeção de futuros almejados.

As texturas das paisagens do morro, entrecruzadas de uma emaranhado de Linhas de Alta Tensão sustentadas por torres de alto impacto visual, cujas formas foram se modificando ao longo do tempo - inicialmente de madeira, depois ganhando distintas formas metálicas, cada vez mais altas. Os efeitos dos arranjos relacionais passados inscrevem-se na paisagem e seus efeitos desdobram-se, reproduzem-se no presente e insinuam-se sobre possíveis futuros. A quem interessa a passagem de uma linha de energia por dentro de uma Área de Proteção Ambiental? À lógica da economicidade? Quanto vale uma área de regeneração de um dos biomas mais devastados do continente?



Fotografias do

Compreendendo desenvolvimento como processo de transformação dos arranjos sociais, ambientais e políticos no tempo e em direção a futuros almejados, há que se ter em conta as relações de poder entre as distintas coletividades de um dado território, no que diz respeito à da capacidade que têm os distintos grupos e comunidades de fazer valer seus interesses e efetivar seus projetos de futuro. Em realidade, concordo com a posição assertiva de Alberto Acosta (2016), para quem a noção de desenvolvimento está tão densamente carregada da ideologia colonial do progresso, cuja aniquilação é uma das mais importantes tarefas que temos no presente, que precisamos trabalhar com outras perspectivas conceituais que nos direcionem a outras utopias. A ideia de Bem Viver proposta pelo economista equatoriano - de dar vulto a uma vida em comunidade, realinhando cosmovisões ameríndias, conjugando diversidade cultural, Direitos Humanos e Direitos da Natureza - parece bastante pertinente. E, dialogando com Ailton Krenak - intelectual indígena da maior importância, recentemente eleito imortal da Academia Brasileira de Letras-, talvez o caso de que trato aqui seja mais um dos “abusos” do que o pensamento colonial chama de razão:

Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios (KRENAK, 2019, p. 20-21).

Perspetivas de manutenções e permanências, mudanças e transformações são expressas nas imagens do tempo e suas formas: ciclos, retornos, mortes, recomeços, progresso - são todas modalidades de interpretação da passagem do tempo, que, embora se expressem em narrativas individuais, são compartilhadas na dinâmica do imaginário, conforme Durand (2001). Lembra o filósofo francês que romper com o mito do progresso, alçado a mola mestra de nossas narrativas da civilização ocidental, é um imperativo.

Tornemos a Gregory Bateson e aos "padrões que ligam" todas as criaturas vivas (1986, p. 16): o autor aponta que, atuando junto a pessoas que não tinham formação científica, se apercebe que, "destreinados como eram", revelavam sempre preferências estéticas ao falar sobre os fenômenos do mundo. Bateson refere-se, assim, à estética como "a sensibilidade em relação ao padrão que liga". Pensarmos o desenvolvimento como processo de transformação no tempo a partir da projeção de futuros almejados coletivamente, talvez, de fato seja cada vez mais necessário. Assim como é essencial termos uma diversidade de atores envolvidos e efetivamente participativos nesses processos; importante termos pessoas em nossas casas legislativas e entre gestores públicos, os quais sejam sensíveis aos padrões que ligam.

Alguns argumentos fundamentais:

Em primeiro lugar, quanto aos conflitos de interesse que se evidenciam em processos como o da implementação de mais uma linha de alta tensão dentro da APA Morro de Osório, eu, como parte diretamente envolvida, me permito apontar para uma evidente carência nos instrumentos de gestão participativa dos territórios de Proteção Ambiental em nível local - o que, creio, parece ser um problema recorrente em nível abrangente e que, portanto, pode ser generalizado - ainda que uma generalização no particular, como nos indica Geertz (1997).

Uma região de Mata Atlântica classificada como de nível intermediário de regeneração permite a passagem de uma linha de alta tensão dentro de uma Área de Proteção Ambiental. Ainda que uma ou duas décadas talvez fossem suficientes para que atingissem o patamar de nível avançado de recuperação - o que, de acordo com a legislação ambiental implicaria em estudos de impacto ambiental mais aprofundados, na forma de um EIA-RIMA. Os critérios técnicos que indicam tal perspectiva são os mesmos que, a partir do momento em que um empreendimento desta monta é efetivado, fazem com que tais áreas estejam para sempre condenadas a nunca atingirem um estágio avançado de regeneração. Isto em função da necessidade de supressão contínua de vegetação para manutenção do sistema e das servidões de acesso¹⁵.

Um último ponto que vou indicar e que me parece um tanto descabido é o processo de atribuição de valor monetário indenizatório - por força do critério da utilidade pública - pelo impacto permanente de uma obra como a passagem de mais uma linha de alta tensão por dentro de uma propriedade rural, sendo os proprietários favoráveis ou não ao empreendimento. Indeniza-se um valor consideravelmente mais alto por uma área de plantio de eucalipto do que uma de regeneração da mata nativa. São no mínimo esdrúxulos os critérios que atribuem maior valor a uma área de plantio de uma espécie exótica do que a outra de recuperação de um dos biomas mais devastados de nosso continente

¹⁵ Ainda que novas tecnologias impliquem em cabos cada vez mais altos e menor necessidade de supressão de vegetação

Palavras finas

A partir do que foi brevemente relatado e em síntese, posso afirmar que, através do estudo das paisagens, pode-se compreender as relações entre os diferentes grupos sociais e seus territórios ao longo do tempo, no que diz respeito, sobretudo, aos enquadramentos dos conjuntos significativos delineados pelos olhares, escutas e sentidos acerca destes territórios. No Litoral Norte Gaúcho, onde aprofundamos nossos estudos, passamos a compreender que é fundamental, como ensina Augustin Berque, pensarmos “através das paisagens”, mais do que exclusivamente pensarmos sobre as paisagens. Nos direcionamos, então, para duas linhas de reflexão: o estudo sobre as paisagens é um excelente mote para a compreensão dos processos de transformação e desenvolvimento regional, revelando formas de comportamento individual e coletivo nos eixos tempo e espaço. E que existe uma importante conexão entre as paisagens significativas e as identidades atreladas a um território.

A encosta, profundamente alterada ao longo do tempo, hoje exuberante enquanto um conjunto complexo de paisagens, que reúne patrimônios a um só tempo naturais, culturais e ambientais, revela-se como território plural de transformações, permanências e conflitos - de ocupação descontrolada, parcelamento irregular do solo, turistificação por vezes predatória, bem como de políticas preservacionistas, criação de redes de solidariedade, experiências de produção agroflorestal, entre outras formas de manejo sensíveis à etnobioidiversidade local.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Belo Horizonte: Editora Elefante, 2016.
- APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.): Cultura Global: Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 311-327.
- BACHELARD, G. A água e os sonhos. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BACHELARD, G. A Dialética da Duração. São Paulo: Ática, 1988.
- BATESON, G. Mente e Natureza: A Unidade Necessária. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

- BATESON, G. Steps to an ecology of mind. Chicago: University of Chicago Press, 2000 [1972].
- BERQUE, A. El pensamiento paisajero. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.
- Delaney, P. Fisiografia e geologia de superfície da Planície Costeira do Rio Grande do Sul. Publicação Especial da Escola de Geologia, UFRGS, vol. 6, 1965. p. 1-195.
- CSORDAS, Thomas. Corpo/significado/cura. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 51-64, jul./dez. 2010. Editora UFPR 51
- DURAND, G. As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Lisboa, Presença, 1989.
- GAMBA, Maurea Conceição dos Santos. A implementação do roteiro turístico Osório Rural: um estudo sobre a articulação de atores públicos e privados. Dissertação - Mestrado em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAESBAERT, Rogerio. O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 6a ed.
- INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.
- INGOLD, T. The Perception of the environment: Essays livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000a.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- LATOURETTE, Bruno. Jamais fomos modernos. Bauru: edusc, 2004.
- OVAES, S. C.. Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros.. São Paulo: USP, 1993.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornelia. A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas. Brasília: ABA, 2015.
- RUPPENTHAL, Eduardo Luís. Impactos socioambientais de projetos de linhas de transmissão de energia sobre a área de proteção ambiental Morro de Osório/ RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso Meio Ambiente e Biodiversidade, Unidade Litoral Norte - Osório, 2017.
- SILVEIRA, F.L.A. As paisagens coexistenciais interespecíficas, ou sobre humanos e não humanos compartilhando espaços domésticos numa cidade amazônica. Caderno Iluminuras, Porto Alegre, v. 42, n.17, p. 288-315, 2016a. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/69988/39430>

- SILVEIRA, F. L. A. ; MARQUES, Olavo Ramalho ; FORNO, M. A. R. D. . Paisagens do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: dimensões, distinções e imagens. In: Roberto Verдум; Lucimar de Fátima dos Santos Vieira; Luís Alberto Pires da Silva; Sidnei Luís Bohn Gass. (Org.). Paisagem: leituras, significados, transformações. 1ed.Porto Alegre: Letra1, 2021, v. II, p. 146-163.
- SIMMEL G. A Filosofia da Paisagem. Política & Trabalho, João Pessoa, p. 15-24, 1996.
- TENDERO, Suzie. Parques eólicos e impactos socioeconômicos e ambientais na percepção de agricultores em Osório/RS. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul , 2013.
- TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284 p.